



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **MENSAGEM N.º 241, DE 2016**

**(Do Poder Executivo)**

### **Aviso nº 281/2016 - C. Civil**

Solicita que seja atribuído o regime de urgência, de acordo com os termos do § 1º do art. 64 da Constituição, ao projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados com o nº 2.902, de 2011, que "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dispor sobre a medida cautelar de indisponibilidade de bens, direitos e valores; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal; e altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e nº 11.343, de 23 de agosto de 2006", encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 545, de 7 de dezembro de 2011.

#### **DESPACHO:**

**PUBLIQUE-SE. EM RAZÃO DESTA MENSAGEM, DETERMINO QUE O PL N.º 2902/2011 PASSE A TRAMITAR SUJEITO À APRECIÇÃO DE PLENÁRIO E EM REGIME DE URGÊNCIA CONSTITUCIONAL (ART. 64, §1º, CF).**

#### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

**Art. 137, caput - RICD**

Mensagem nº 241

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências para solicitar seja atribuído o regime de urgência, de acordo com os termos do § 1º do art. 64 da Constituição, ao projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados com o nº 2.902, de 2011, que “Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dispor sobre a medida cautelar de indisponibilidade de bens, direitos e valores; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e nº 11.343, de 23 de agosto de 2006”, encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 545, de 7 de dezembro de 2011.

Brasília, 10 de maio de 2016.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Russel', with a large, stylized flourish extending downwards and to the right.



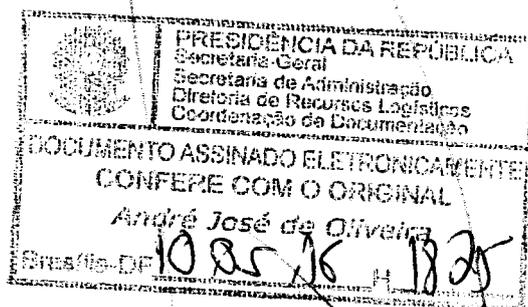
Brasília, 10 de Maio de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência, em conformidade com o prescrito no art. 64. §1º da Constituição Federal, pedido de urgência constitucional para a tramitação do Projeto de Lei nº 2902, de 2011, que "altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dispor sobre a medida cautelar de indisponibilidade de bens, direitos e valores; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e nº 11.343, de 23 de agosto de 2006".

2. A referida proposta legislativa soluciona o grave problema de gestão de bens apreendidos e integra umas das medidas do pacote anticorrupção.

Respeitosamente,



*Assinado eletronicamente por: Eugênio José Guilherme de Aragão*

**FIM DO DOCUMENTO**